



RELATÓRIO DE GESTÃO DA DIRETORIA DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SECCIONAL DO ACRE, REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2016.

No cumprimento das disposições estatutárias a Diretoria da OAB/AC apresenta a esse Colendo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil o Relatório Anual de Gestão relativo ao exercício de 2016, com informações e documentos que comprovam que esta Seccional desempenhou suas finalidades corporativas e institucionais, a fim de majorar a valorização do Advogado e a importância do respeito aos seus direitos e prerrogativas profissionais.

O material ora apresentado, comprova que muitas foram às ações desenvolvidas pela OAB/AC, através de seus órgãos e departamentos, cuja dedicação dos componentes do Conselho Pleno, Diretoria, ESA, Caixa de Assistência dos Advogados, Comissões e funcionários é fator preponderante para os reconhecidos resultados de excelência, que tem trazido exponencial melhoria de nossas atividades internas e externas. Fica, ainda, demonstrada que a estrutura física e de pessoal da Seccional são adequadas e capacitadas para execução com qualidade dos serviços prestados aos inscritos e à sociedade. A análise do material anexo permitirá a constatação por parte de Vossas Excelências acerca da preocupação da Diretoria desta casa com o aprimoramento do conhecimento jurídico de seus inscritos e com a defesa da Constituição Federal e do Estado Democrático de Direitos.

Ante o exposto, a Diretoria da OAB/AC cumpriu fielmente seu papel corporativo e institucional atingindo de maneira satisfatória seus objetivos e, mais uma vez, tem a satisfação de apresentar o relatório de atividades e contas aos advogados acreanos, ao Conselho Seccional e ao Conselho Federal da OAB.

A seguir, em destaque, os assuntos mais relevantes:

RECEITAS E DESPESAS – DESTINAÇÕES (em reais)

O total das receitas assim se compõe:



Receita de Contribuições	RS 1.620.951,29
Receitas sobre infrações	RS 440,00
Receitas de serviços	RS 145.781,16
Receitas de cobranças	RS 700,00
Receitas Patrimoniais	RS 8.709,38
Receitas Diversas	RS 391.844,29
Transferências correntes	RS 757.601,18
Total de receitas correntes	RS 2.926.027,30

As despesas líquidas do período são assim analisadas:

Despesas de custeio	RS 2.371.280,75
Transferências correntes	RS 518.704,38
Despesa de Capital	RS 28.972,46
Total de despesas corrente	RS 2.918.957,59

Conforme se verifica, encerramos o exercício de 2016 com um superávit orçamentário de **RS 7.069,71** (sete mil e sessenta e nove reais e setenta e um centavos).

Buscamos o aprimoramento contínuo das Demonstrações contábeis da OAB/AC de forma a assegurar que espelhem, com maior segurança e transparência, a situação financeira e patrimonial da Entidade.

No que se refere à sanidade financeira da Seccional, temos empreendido todos os esforços para manter a arrecadação das anuidades em patamares condizentes com nossas necessidades. Para tanto, envidamos de todos os recursos dispostos para recuperação de valores de anuidades vencidas e não pagas.

Neste exercício implementamos programas de parcelamento (Resolução nº. 52/2016 e 61/2016 – Campanha “Fique em Ordem com a Ordem” para recuperação de créditos de inadimplentes). Vencidas as possibilidades suasórias, instaura-se o competente processo disciplinar e inscrição nos órgãos restritivos de crédito, ao mesmo tempo em que ingressamos com cobrança de dívida em cartório de protesto.

A cada ano buscamos aprimorar a administração das receitas e controlar o nível das despesas, a fim de que possamos realizar um atendimento de qualidade e trazer maiores benefícios à classe.



Cabe assinalar ainda que, as Demonstrações Contábeis foram examinadas pelo Conselho Federal da OAB através de visita do técnico contábil Jose Mauricio Rios na Seccional, que juntamente com o departamento contábil da Seccional, procedeu todos os ajustes e encerramento do exercício.

Sobre outro enfoque, destacamos o desempenho das comissões da Seccional, plenamente ativas em favor dos profissionais e da sociedade em geral.

A Comissão de Defesa das Prerrogativas dos Advogados, composta de advogados aguerridos na defesa dos direitos profissionais, com atuação em todo estado, interpondo as medidas legais, administrativas e judiciais contra abuso de autoridade, realiza intenso trabalho na defesa do exercício livre exercício da advocacia, tendo ampliado o leque de atuação. Além disso, a comissão também dispõe do “disque prerrogativas”, para casos de desrespeito ou dano as prerrogativas do advogado.

Comissão da Advocacia Trabalhista se fortalece a cada dia realizando um importante trabalho por uma melhor acomodação no ambiente do escritório corporativo, tendo inclusive estendido convênio com o TRT/14ª regional para outros municípios, realizando atendimento aos cidadãos carentes de informações, organizando um amplo encontro para debater as matérias sobre o tema.

A Comissão de Ação Social também realiza um excelente trabalho em favor da população mais carente, garantido que menos favorecidos recebam a ajuda necessária e possam usufruir de um direito que lhes é negado.

Entre as campanhas promovidas pela Comissão, há de se destacar atendimentos jurídicos gratuitos na capital e interior, dia das mães e dia dos pais no Lar dos Vicentinos, dia das crianças na Zona Rural da Custódio Freire, natal no Cantinho do Zito na Estrada de Plácido de Castro; campanha Contra o Zica Vírus, entrega de alimentos, remédios



e material escolar em diversos abrigos na cidade (Educandário Santa Margarida, Lar Esther, Centro Espirita, Casa do Caminho).

A Comissão da Mulher Advogada, na defesa de uma sociedade mais igualitária, avançou de tal forma a conquistar a garantia de participação mínima de gêneros nos quadros da OAB.

A Comissão do Jovem Advogado trouxe para nosso Estado eventos de repercussão nacional, participando, ainda, de forma proativa e destacada nos encontros que discutiram o futuro da jovem advocacia, obtendo o reconhecimento do conselho federal, pautado no projeto nacional de apoio ao jovem advogado. Além disso, realizaram encontros dos jovens advogados, palestras, "OAB vai à escola" dando noções de cidadania para jovens do ensino fundamental das escolas públicas da capital. Realizaram também, projetos como Quinta de Lei e a Segunda de Lei.

A Comissão de Direitos do Consumidor realizou inúmeras atividades informativas, em campanhas eminentemente populares, em terminais urbanos, semáforos, na imprensa escrita, falada e televisada, distribuindo informativos, manuais, realizando campanhas para tirar dúvidas em atendimento direto aos cidadãos.

A Comissão da Diversidade Sexual teve importante papel na disseminação da dignidade da pessoa humana, fraternidade e igualdade de gêneros não só no aspecto de conscientização, mas com medidas concretas em defesa das minorias, inclusive através de representação judicial em demandas que versaram sobre violência homofóbica.

As Comissões de Controle de Propaganda e de Combate ao Exercício Ilegal da Profissão exerceram importante papel no controle ético das divulgações da atividade, bem como na fiscalização e combate àqueles que usurpam a capacidade postulatória e as prerrogativas ínsitas e exclusivas aos profissionais da advocacia.

A Comissão de Direitos Humanos atuou de forma corajosa e altaneira em todas as oportunidades em que foi instada, bem como nas ocasiões em que vislumbrou legitimidade de iniciativa, expondo publicamente a defesa de suas bandeiras, fiscalizando os



serviços públicos, combatendo os abusos e ilegalidades que ferem os postulados básicos de uma sociedade fraterna e democrática.


A Comissão da Advocacia Trabalhista também realizou eventos de cultura jurídica aos estudantes e advogados, bem como à sociedade acreana.

A ESA – Escola Superior da Advocacia promoveu inúmeros cursos, palestras, simpósios abrangendo gigantesco numerário de advogados e estudantes de direito, ora trazendo grandes palestrantes de nomeada nacional, ora utilizando-se da digna “prata da casa”, através de professores e outros agentes de atuação do setor jurídico-educacional acreano.

Destarte, de forma bastante resumida, este é o relatório de gestão do exercício de 2016 (dois mil e dezesseis), sendo que as contas, demonstrativos e balanços, comprovantes de despesas realizadas e receita arrecadadas, bem como os documentos exigidos pelo provimento 101/03 e sua alteração pelo provimento 104/04, do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, estão à disposição do Conselho para apreciação.

Este é o relatório que submetemos à apreciação de nossos pares, colocando-nos à inteira disposição dos colegas, membros deste Órgão, para esclarecimentos eventualmente necessários quanto às atividades do exercício findo e a respectiva prestação de contas.

Rio Branco - AC, 11 de Maio de 2017.


Marcos Vinícius Jardim Rodrigues
Presidente da OAB/AC